

4.1. Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância:

a. Riscos relacionados ao emissor

Concentração regional das operações: A atuação majoritariamente concentrada na região Sul do Brasil expõe a companhia a riscos relacionados a eventos climáticos, econômicos ou regulatórios localizados. Qualquer instabilidade macroeconômica ou operacional na região pode impactar de forma relevante os resultados.

Dependência de sistemas digitais e canais online: Dada a estratégia omnichannel e o peso crescente das vendas digitais, falhas tecnológicas, ataques cibernéticos ou interrupções sistêmicas podem comprometer a experiência do cliente, causar perda de receita e afetar a reputação da companhia.

Capacidade de atração e retenção de talentos: O desenvolvimento e a execução da estratégia do Grupo dependem do engajamento e da qualificação de seus colaboradores, principalmente em áreas críticas como tecnologia, inovação, ESG e operações.

b. Riscos relacionados aos acionistas, especialmente controladores

A estrutura societária da companhia inclui blocos de acionistas controladores com participação relevante no capital votante, o que lhe confere poder decisório sobre matérias estratégicas, incluindo eleição da maioria dos membros do Conselho de Administração e aprovação de determinadas operações. Tal concentração de controle pode resultar em decisões que nem sempre reflitam os interesses dos acionistas minoritários.

Além disso, a liquidez das ações ordinárias emitidas pela companhia pode ser limitada, em função das características do mercado brasileiro de valores mobiliários, que é relativamente menor, mais concentrado e mais volátil do que os mercados desenvolvidos. A volatilidade e a falta de liquidez podem restringir a capacidade dos investidores de negociar suas ações ao preço ou no momento desejado, especialmente em períodos de instabilidade econômica, política ou regulatória.

Fatores externos, como mudanças no apetite de investidores por ativos de países emergentes, flutuações cambiais, alterações em políticas monetárias globais e eventos macroeconômicos no Brasil, podem afetar negativamente o valor de mercado das ações da Panvel. Esses elementos podem, inclusive, aumentar o risco percebido pelos investidores e impactar sua disposição de manter ou adquirir os valores mobiliários da companhia.

c. Riscos relacionados às controladas e coligadas

O desempenho do Lifar está sujeito à volatilidade da demanda no setor de cosméticos e medicamentos, além da exposição a requisitos regulatórios e sanitários rigorosos.

d. Riscos relacionados aos administradores

Decisões estratégicas e operacionais equivocadas por parte da administração podem gerar impactos financeiros, reputacionais ou operacionais. O risco é ampliado em ciclos de expansão ou transformação digital, que exigem decisões rápidas e de alto impacto.

e. Riscos relacionados a fornecedores

A companhia depende de uma base ampla de fornecedores nacionais e internacionais. Rupturas na cadeia de suprimentos, variações cambiais, aumento de custos logísticos ou problemas de conformidade podem afetar a disponibilidade de produtos e os níveis de margem.

f. Riscos relacionados a clientes

O setor farmacêutico possui sensibilidade à renda disponível da população. Reduções no poder de compra dos consumidores, mudanças de hábitos ou aumento da concorrência por canais digitais podem afetar a base de clientes e os níveis de fidelização.

g. Riscos relacionados aos setores da economia nos quais o emissor atua

O varejo farmacêutico é altamente competitivo, com presença de grandes redes e operadores locais. A consolidação do setor pode intensificar disputas por preços, localização e share de mercado.

O setor está sujeito a oscilações no consumo discricionário e pressões inflacionárias, que podem reduzir as margens e exigir ajustes de portfólio.

h. Riscos regulatórios

A companhia está sujeita à regulação da ANVISA, Ministério da Saúde, Receita Federal, órgãos estaduais e municipais de vigilância sanitária e defesa do consumidor, entre outros. Alterações regulatórias podem impactar diretamente as operações, custos e cronogramas de lançamento de novos produtos.

i. Riscos relacionados a países estrangeiros

A atuação direta do Grupo Panvel ocorre exclusivamente no território nacional. No entanto, parte das suas aquisições de insumos e produtos acabados é realizada junto a fornecedores internacionais, o que pode gerar exposição a riscos logísticos, cambiais e geopolíticos indiretos.

j. Riscos sociais

Fatores como relações trabalhistas, diversidade e inclusão, segurança no ambiente de trabalho e percepção de responsabilidade social influenciam a reputação institucional e a atratividade da marca para consumidores e talentos.

k. Riscos ambientais

A operação de laboratórios e centros de distribuição envolve geração de resíduos e consumo de recursos naturais. O não cumprimento de normas ambientais ou ocorrência de passivos pode acarretar penalidades ou danos à imagem da companhia.

l. Riscos climáticos

Eventos climáticos extremos, como enchentes, secas ou ondas de calor, podem afetar a logística, o abastecimento de lojas e o funcionamento de unidades produtivas, especialmente nas regiões onde a companhia está concentrada. Adicionalmente, mudanças regulatórias relacionadas à transição para economia de baixo carbono podem exigir investimentos em adaptação e mitigação.

m. Outros fatores de risco relevantes

Riscos cibernéticos e de proteção de dados: A companhia coleta e trata grande volume de dados pessoais de seus clientes e parceiros. Eventuais falhas de segurança, vazamentos ou incidentes de privacidade podem gerar impactos financeiros e reputacionais, além de sanções conforme a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

4.2. Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

1. Concentração geográfica das operações

Apesar do crescimento para outras regiões, as operações da Panvel seguem fortemente concentradas no Sul do Brasil. Essa concentração exacerba a exposição a riscos regionais, como:

- Eventos climáticos extremos;
- Crises econômicas localizadas;
- Variações regulatórias estaduais e municipais.

Esse risco ganhou proeminência em 2024, com eventos climáticos severos que impactaram a operação de empresas com forte presença regional.

2. Risco tecnológico e cibernético

A estratégia omnichannel, com peso crescente das vendas digitais, torna a companhia dependente de infraestrutura tecnológica robusta e segura. Isso cria exposição a:

- Ataques cibernéticos e vazamento de dados (LGPD);
- Falhas sistêmicas que afetam o e-commerce, app e ERP;
- Impactos reputacionais e operacionais significativos em caso de incidentes.

Com a digitalização acelerada do varejo farma, este é um risco estratégico e transversal.

3. Volatilidade do mercado de capitais e baixa liquidez das ações

A presença no Novo Mercado da B3 exige elevados padrões de governança, mas a liquidez das ações (PNVL3) ainda é limitada. Isso pode:

- Reduzir a atratividade do papel para investidores institucionais;
- Aumentar a volatilidade da cotação em momentos de saída de capital;
- Dificultar movimentos de captação ou transações secundárias.

Esse risco afeta diretamente os acionistas e o custo de capital da companhia.

4. Pressão competitiva no setor farmacêutico

O mercado de varejo farma é altamente competitivo e consolidado, com diversos players disputando market share por preço, inovação e presença digital. A companhia está sujeita a:

- Redução de margens pela competição acirrada;
- Dificuldade de diferenciação fora de sua região de origem;
- Necessidade constante de investimentos em tecnologia, logística e marketing.

Esse é um risco estrutural e contínuo para a manutenção do crescimento da Panvel.

5. Exposição regulatória (ANVISA e outros órgãos)

O setor de atuação da Panvel envolve rígida regulação sanitária, trabalhista, ambiental e de proteção ao consumidor. Mudanças na legislação ou aumento na fiscalização podem:

- Gerar custos de adaptação elevados;
- Impactar prazos de lançamento de produtos;
- Resultar em sanções em caso de não conformidade.

Esse risco é particularmente relevante para o Lifar e para as operações de marca própria.

4.3 - Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo e do excedente de caixa investido em papéis pós-fixados, como CDBs. Os empréstimos tomados e investimentos às taxas variáveis expõem a Dimed ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos e investimentos emitidos às taxas fixas expõem a Dimed ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Até o mês de dezembro de 2024 e durante o exercício do mesmo ano, os empréstimos e investimentos da Dimed às taxas variáveis e fixas eram mantidos em Reais.

A Dimed analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamentos alternativos, bem como novas possibilidades de investimento do excedente de caixa. Com base nesses cenários, a Dimed define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos e os ativos que representam as principais posições com juros.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas tinham R\$ 133,4 milhões em aplicações financeiras e R\$ 554,6 milhões em dívida bruta (empréstimos, financiamentos e debêntures - circulante e não circulante), dos quais 100,0%, em ambos os períodos, estavam sujeitos a instrumentos ligados à taxa CDI. Caso a taxa de juros venha a subir, poderá afetar negativamente a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia e suas controladas.

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade das taxas de juros nos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, que descreve os riscos que podem gerar variações materiais, com cenário mais provável (cenário I) conforme avaliação efetuada pela Administração, considerando período de 12 meses. Também constam outros dois cenários, em que ocorre o aumento (cenário II) e a redução de juros (cenário III), cada um com possível variação de 25% e de 50% nas taxas de juros:

Cenário I	Aumento de Juros Cenário II	Redução de Juros Cenário III
-----------	--------------------------------	---------------------------------

Índice/Operação	Provável	Possível +25%	Remoto +50%	Possível - 25%	Remoto - 50%
CDI Média	10,83%	13,54%	16,25%	8,12%	5,42%
Aplicações Financeira	29.029	35.854	42.665	22.188	15.330
Debêntures	(51.849)	(61.908)	(71.776)	(41.587)	(32.128)

Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes pessoas jurídicas e pessoas físicas, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente pela Administração. As vendas para clientes das filiais de varejo são liquidadas em moeda corrente, cheque, convênios ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco de crédito.

A previsão de fluxo de caixa é realizada corporativamente através do departamento de tesouraria, com base em informações fornecidas pelas unidades operacionais e pelo departamento de compras. A tesouraria monitora as previsões de exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não ultrapasse os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais, por exemplo, restrições de moeda.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é demonstrada na tabela abaixo:

Itens	Consolidado (em milhares de reais)					
	Em 31 de Dezembro de					
	2024	2023	2022	2021	2020	2019

Aplicações Financeiras	133.413	217.436	131.640	155.216	305.701	57.494
Contas a Receber de Clientes	452.712	460.142	406.662	330.527	291.640	282.900
Total	586.125	677.578	538.302	485.743	597.341	340.394

Apresentamos abaixo a liquidez do saldo do caixa e equivalentes de caixa pela demonstração da composição de contas a receber de clientes por vencimento:

Consolidado (em milhares de reais)						
Em 31 de Dezembro de						
Liquidez	2024	2023	2022	2021	2020	2019
Até 30 dias	247.784	250.820	219.274	161.139	152.193	148.758
De 31 a 60 dias	99.179	89.839	93.416	77.988	69.816	60.439
De 61 a 90 dias	41.925	56.263	38.545	37.501	26.242	27.733
De 91 a 120 dias	18.580	27.464	19.573	17.788	14.241	13.754
De 121 a 150 dias	9.988	9.382	12.214	10.829	7.795	8.174
De 151 a 180 dias	4.866	3.033	4.603	5.291	4.885	4.641
Mais de 180 dias	3.174	3.027	2.769	4.964	3.412	7.919
Total	425.496	439.828	390.394	315.500	278.584	271.418

Caso os clientes venham a descumprir suas obrigações, a condição financeira, os resultados operacionais e a capacidade de pagamento da Companhia poderão vir a ser adversamente afetados.

Risco de liquidez

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do valor exigido para a administração do capital circulante, é administrado pelo departamento de tesouraria, que investe o excesso de caixa em aplicações financeiras de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha aplicações financeiras de curto prazo de R\$ 133,4 milhões na controladora e no consolidado, que geraram entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são fluxos de caixa não descontados contratados.

A tabela abaixo demonstra a expectativa de liquidação dos principais passivos circulante e não circulante da Companhia em 31 de dezembro de 2024.

Itens	Consolidado (em milhares de reais)				
	Em 31 de Dezembro de 2024				
	Fluxo de Caixa Contratual	Menos de 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	630.823	630.823	-	-	-
Arrendamento Mercantil	681.148	129.803	162.816	242.315	146.214
Empréstimos	699.932	196.319	267.213	173.388	63.012
Total	2.011.903	956.945	430.029	415.703	209.226

4.4 - Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

a. juízo

b. instância

c. data de instauração

d. partes no processo

e. valores, bens ou direitos envolvidos

f. principais fatos

g. resumo das decisões de mérito proferidas

h. estágio do processo

i. se a chance de perda é:

- provável
- possível
- remota

j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante

k. análise do impacto em caso de perda do processo

Foram considerados como processos individualmente relevantes: (i) processos com valor individual igual ou superior a R\$ 5,0 milhões; e (ii) processos que individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos mais relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza.

Processos de natureza tributária e regulatória

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas figuravam como parte em 52 processos de natureza tributária, tanto judiciais como administrativos. Estes processos tramitam nas esferas estadual e federal, sendo a maioria para recuperação de tributos pagos indevidamente, em que a Dimed figura como Autora.

A Companhia possui duas execuções fiscais de ICMS que juntas totalizam o valor de R\$ 15.299.233, movidas pelo Estado do Rio Grande do Sul, cuja probabilidade de perda é remota. A defesa destas execuções fiscais foi promovida através da ação anulatória de n. 5217086-13.2024.8.21.0001. O objeto das demandas é a cobrança dos Autos de Lançamento 46225609 e 46225404, lavrados em razão de divergência acerca da apropriação de crédito presumido, conforme informações abaixo:

Processo 5217086-13.2024.8.21.0001 (vinculada às execuções fiscais 5252163-83.2024.8.21.0001 e 5252164-68.2024.8.21.0001)	
a. juízo	2º Juízo da 6ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre
b. instância	1º Grau
c. data de instauração	25/09/2024
d. partes no processo	Autor: Dimed S/A Distribuidora de Medicamentos Réu: Estado do Rio Grande do Sul
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 15.299.233
f. principais fatos	Trata-se de Ação Anulatória ajuizada por DIMED S/A - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS contra o ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, com o escopo de obter a extinção do crédito tributário constituído pelo Autos de Lançamento 46225609 e 46225404, lavrados em razão de divergência acerca da apropriação de crédito presumido. A medida liminar foi indeferida, argumentando o juiz que não haveria risco na demora e a inexistência de perigo de dano. O Estado contestou a demanda e a Dimed apresentou réplica. A Dimed havia solicitado a apresentação de prova pericial, que foi deferido. No entanto, o juiz revogou a perícia entendendo que a questão é unicamente de direito e que não prescinde de prova técnica. No momento, as partes aguardam a prolação de sentença. As execuções fiscais se encontram suspensas até o julgamento da presente ação anulatória.
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda	Impacto financeiro

Em relação às demandas regulatórias, na data de 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas figuravam como parte em 690 processos desta natureza, sendo: a) 251 decorrentes de demandas sanitárias de valores imateriais; b) 439 demandas referentes a aplicação de multas pelo Conselho Regional de Farmácia, com valor total de R\$ 6.552.196 milhões.

Quanto a esta última categoria, 181 processos são considerados de perda provável, sendo a provisão correspondente no valor de R\$ 2.699.000 milhões. Tal classificação levou em consideração: i) a avaliação de consultores externos sobre o tema; b) a jurisprudência do Tribunal local e Tribunais Superiores sobre a matéria.

Processos de natureza trabalhista e previdenciária

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas figuravam como parte em 889 processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista e previdenciária. Estes processos versam, principalmente, sobre anulação do banco de horas e pagamento de horas extras e responsabilização subsidiária decorrente de ações trabalhistas de terceiros.

De acordo com a análise dos advogados externos da Companhia, em 31 de dezembro, o valor total envolvido nos processos com chance de perda remota, possível e provável era de aproximadamente R\$ 40,7 milhões, R\$ 29,3 milhões e R\$ 9,6 milhões, respectivamente, dos quais R\$ 9,6 milhões foram provisionados.

Dentre os processos de natureza trabalhista e previdenciária individualmente relevantes para a Companhia em razão do valor e/ou de seu objeto, em 31 de dezembro de 2024, destacam-se os seguintes:

Processo nº 0020389-82.2024.5.04.0016	
a. juízo	Tribunal Regional do Trabalho
b. instância	TRT (2ª Instância)
c. data de instauração	22 de abril de 2024.
d. partes no processo	Autor: Juliano Pohlmann da Silva Réu: Dimed S/A Distribuidora de Medicamentos
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 957.251,64
f. principais fatos	Reclamação Trabalhista na qual se pretende o recebimento de Adicional noturno, horas extras, horas extras art. 71 (intrajornada), hr art. 66 (interjornada), descanso semanal remunerado, PLR, indenização férias e FGTS + multa 40. A empresa recorreu da desconstituição do cargo de gestão. Recurso que pende de julgamento pela 9ª Turma do TRT4.
g. chance de perda	Provável (R\$ 143.588,20)
h. análise do impacto em caso de perda	Impacto financeiro e na imagem da Companhia

Processo nº 0021042-07.2021.5.04.0011	
a. juízo	Tribunal Superior do Trabalho
b. instância	TST (3ª Instância)
c. data de instauração	13 de dezembro de 2021.

d. partes no processo	Autor: Vinicius Da Silva Teixeira Réu: Dimed S/A Distribuidora de Medicamentos
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 563.797,29
f. principais fatos	<p>Reclamação Trabalhista na qual se pretende o recebimento de Equiparação Salarial; Auxílio alimentação; Horas Extras; Intraornadas; Participação Lucros; Danos Morais; Indenização Suplementar.</p> <p>Sentença julgou parcialmente procedente a ação, afastando o enquadramento do reclamante na exceção do inciso II, do artigo 62, da CLT e condenou a empresa ao pagamento de horas extras a partir da 8h diária e 44h semanal, sendo arbitrada a jornada de trabalho descrita na inicial.</p> <p>Sobreveio acórdão do TRT que não acolheu o recurso da empresa, mas acolheu o recurso do reclamante para acrescer a condenação a indenização por dano moral no valor de R\$ 5.000,00 pelo transporte de valores, alterou o critério para o cálculo das horas extras que passou a ser a partir da 7h20min e 44h semanal, de forma não cumulativa e a condenação de 1h mais adicional com reflexo nas demais parcelas salariais quando o intervalo intrajornada foi inferior a 1h no período anterior a 11/11/2017.</p> <p>A empresa interpôs recurso de revista que pende de julgamento no TST.</p>
g. chance de perda	Provável (R\$84.569,59)
h. análise do impacto em caso de perda	Impacto financeiro e na imagem da Companhia

Processos de natureza cível e outros

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia era parte em 115 processos cíveis judiciais. O objeto da maioria dos processos envolve indenização por fatos decorrentes de responsabilidade civil.

De acordo com a análise dos advogados externos da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, o valor total envolvido nos processos com chance de perda remota e possível era de aproximadamente R\$ 20,1 milhões, R\$ 1,2 milhões respectivamente e nenhum processo com chance provável, portanto, não havendo nenhum valor a provisionar.

Dentre os processos de natureza cível e outros individualmente relevantes para a Companhia, em 31 de dezembro de 2024, destacam-se os seguintes:

Processo nº 5061812-27.2022.8.21.0001

a. juízo	1º Juízo da Vara Estadual de Ações Coletivas da Comarca de Porto Alegre
b. instância	2º Grau
c. data de instauração	21/04/2022
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul Réu: Dimed S/A Distribuidora de Medicamentos
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.000.000,00
f. principais fatos	<p>Trata-se de Ação Civil Pública decorrente da Notícia de Fato nº 01413.001.129/2019 proposta pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Na ocasião, o Ministério Público apresentou a Notícia de Fato relatando que observou promoções nos encartes e nas lojas da empresa ré, com descumprimento das normas do NBCAL- Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância, bicos, chupetas e mamadeiras. (Promoção comercial sem a frase de advertência do Ministério da Saúde).</p> <p>Alegou ainda violação a Lei 11.265/2006, Decreto 9.579/18 e à RESOLUÇÃO-RDC Nº 222, de 05 de agosto de 2002.</p> <p>A empresa apresentou contestação no dia 10/08/2022 defendendo que no decorrer do Inquérito Civil restou comprovado que a investigação não procedia.</p> <p>Sobreveio sentença condenando a Dimed em R\$ 200.000 a título de danos morais coletivos, bem como ordenando a publicação da decisão em jornais de grande circulação e no site da Companhia.</p> <p>Foram interpostos recursos de apelação pelas partes, sendo somente o recurso Ministerial provido para inserir trecho sobre a possibilidade de dano moral individual a ser apurado em ação própria, bem como para retificar o endereço do site da Dimed.</p> <p>O processo transitou em julgado e foi ajuizado cumprimento de sentença pelo Ministério Público, em 29/04/25, ainda aguardando abertura de prazo para cumprimento.</p>
g. chance de perda	Processo encerrado condenando a Companhia e ordenando a retratação em jornal de grande circulação.
h. análise do impacto em	Impacto financeiro e na imagem da Companhia.

caso de perda	
----------------------	--

Processo nº 0026040-34.2019.8.16.0001	
a. juízo	16ª Vara Cível de Curitiba/PR
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	25/09/2019
d. partes no processo	Autora: Lillian Bortolini Ramos Forlin Réu: Dimed S/A Distribuidora de Medicamentos
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.100.000,00
f. principais fatos	Trata-se de ação indenizatória em face de DIMED em razão de desafortunada queda sofrida pela autora após tropeçar em anteparo contentor (limitador/tachão) instalado para ordenação de vagas de estacionamento. Sentença parcialmente procedente em 07 de agosto de 2023 condenando a Dimed ao pagamento de indenização material, imaterial e lucros cessantes. Em 18 de março de 2025 foi preferido acórdão conhecendo o recurso de apelação da Dimed e a ele dar provimento, para reformar a sentença e julgar improcedentes os pedidos iniciais. A Autora interpôs recurso especial, sendo a chance de provimento remota, pois a matéria não é passível de conhecimento pelo STJ.
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda	Impacto financeiro e na imagem da Companhia.

Processo 0048214-85.2019.8.25.0001	
a. juízo	18ª Vara Cível de Aracaju
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	13/09/2019
d. partes no processo	Autor: Município de Aracaju Réu: Dimed S/A Distribuidora de Medicamentos e outros
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.000.000,00
f. principais fatos	O Município ingressou com ação judicial contra a Dimed e outros distribuidores de medicamentos para compelir os Réus a ingressarem em processos licitatórios para fornecimento de medicação ao Município. A antecipação de tutela foi negada e a Dimed recorreu ao Tribunal - que reformou a decisão - afirmando que a Ré não é obrigada a fornecer medicamentos se não for de seu interesse. No entanto, sobreveio sentença de procedência, acatando os fundamentos do Município. A Dimed apelou da sentença proferida sendo os autos remetidos ao Tribunal para julgamento.

g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Impacto financeiro e na imagem da Companhia.

4.5 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Em 31 de dezembro de 2024, o valor total envolvido nos processos com chance de perda provável descritos no item 4.4 deste Formulário de Referência era de aproximadamente R\$9,6 milhões, sendo todo valor provisionado.

As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processo com chance de perda provável de acordo com as diretrizes da política de provisionamento da Companhia.

4.6 -Processos sigilosos relevantes

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não figuram como partes em processos sigilosos relevantes que não tenham sido divulgados nos itens anteriores.

4.7 - Outras contingências relevantes

A Companhia e suas controladas não possuem outras contingências relevantes que não tenham sido divulgadas neste item 4 do Formulário de Referência.